

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	9
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	10
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	11
10.5 - Políticas contábeis críticas	12
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	13
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	14
10.8 - Plano de Negócios	15
10.9 - Outros fatores com influência relevante	16

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

O ramo de construção é bastante competitivo.

Basicamente todas as obras e serviços são contratados através de licitações ou de concorrências.

Desta forma, para se manter no mercado é necessário apresentar orçamentos com preços que garantam êxito numa licitação / concorrência e executar a obra ou serviço dentro dos valores orçados e dos prazos contratados.

#### **Riscos Cambiais**

A Companhia e a sua controlada não possuem dívidas ou créditos em moeda estrangeira.

#### **Riscos de Taxa de Juros**

A companhia e a sua controlada estão sujeitas a variação dos valores da taxa de juros, principalmente às relacionadas com CDI nos financiamentos bancários e taxas SELIC e TJLP para os parcelamentos de débitos fiscais.

#### **Mercado de Construção**

A ATSA está apta a trabalhar neste mercado, o qual deverá ter uma grande demanda de serviços nos próximos anos. Mas, como já foi declarado, é necessário se ter preços competitivos para ser vencedor no processo licitatório de cada demanda governamental.

#### **Mercado de Montagem Eletromecânica**

Nos últimos anos, a controlada ATE ganhou espaço no mercado por ter vencido concorrências de vulto na Petrobras. O risco se apresenta quando não se consegue acompanhar os preços dos concorrentes nas sucessivas licitações ou se a PETROBRAS diminui o ritmo de seus investimentos nesta área de dutos.

#### **Mercado de Furo Direcional e Perfuração e Completação de Poços**

- Furo Direcional

A demanda destes serviços depende da implantação de projetos de dutos pelos seus Clientes notadamente COMGAS e PETROBRAS.

- Perfuração e Complementação de Poços

Este segmento é bastante influenciado pela estratégia da Petrobras em realizar investimentos em produção terrestre. Assim sendo, o risco deste segmento está relacionado com a política de investimentos deste Cliente e também com a sua política de preços. Por outro lado, a experiência adquirida pela controlada ATE na perfuração, complementação, limpeza e restauração de poços para petróleo lhe garante capacidade para operar também em poços profundos de água, sal e mineração em geral. Vale observar que os serviços de perfuração e complementação da ATE na Bacia Potiguar – RN foram suspensos em setembro de 2012, tendo em vista a atual falta de rentabilidade deste mercado.

#### **Mercado imobiliário**

Apresenta-se como uma nova alternativa de negócios para a controlada ATE, através de suas subsidiárias na formatação de SPEs ( Sociedade de Propósito Específico). Os empreendimentos imobiliários para terem sucesso irão depender de estarem em sintonia com as demandas da população, que varia conforme o momento econômico em que se encontra o país. O aumento da taxa de juros pode afastar potenciais compradores por encarecer as linhas de financiamento da casa

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

própria. A Companhia já possui um estoque razoável de terrenos, o que lhe dá uma condição competitiva nesse mercado.

.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 Política de Gerenciamento de Riscos**

A Gestão de Riscos da Companhia e da sua controlada está focada na continuidade da execução da obra, evitando a sua interrupção, mesmo temporária, fato este que poderia ter reflexos negativos na lucratividade da empresa, além de expô-la a questões jurídicas dos seus Clientes.

Assim é que, no planejamento das obras, realizam-se análises de riscos de todas as atividades que tenham possibilidades, mesmo remotas, de provocar acidentes e, por consequência, a paralisação de serviços. Com base no levantamento dos potenciais pontos de riscos, procedimentos são desenvolvidos e implementados de modo a evitar as suas ocorrências.

Treinamentos intensivos e permanentes são realizados com o objetivo de promover comportamentos e ambientes de trabalho seguros e de evitar que empregados próprios e terceirizados sejam acidentados, através da atuação vigilante do Setor de Segurança do Trabalho.

Na etapa de planejamento da obra também se faz a análise de riscos ambientais e de atendimento à legislação aplicável, pelo Setor de Meio Ambiente. Os Clientes da controlada, por serem de grande porte tais como a PETROBRAS e COMGÁS, trabalham em conjunto com a empresa de modo a evitar a ocorrência de danos ambientais.

Interrupções no ritmo da obra provocadas por condições atmosféricas fazem parte da natureza dos serviços de construção. Recentemente a controlada tem conseguido, em alguns casos, negociar os dias parados devidos a chuvas junto a alguns Clientes.

Paralelamente são tomadas providências preventivas para que os recursos para a obra (pessoal, materiais e equipamentos) sejam disponibilizados conforme a demanda do cronograma físico da obra.

A Companhia e a controlada têm cadastro atualizado em variados fornecedores para diversificar a aquisição de materiais, diluindo a dependência de suprimentos. O mesmo acontece para compra ou aluguel de equipamentos.

O relacionamento da Seção Financeira da ATSA e da controlada com a rede bancária, que dá suporte às necessidades de capital de giro das obras, está pautado por uma postura de franqueza, através de comunicações com antecedência de qualquer evento que possa interferir nas cláusulas contratuais do empréstimo, o que vem proporcionando condições de financiamento estáveis e de rápido atendimento.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

### **5.3 Alterações significativas**

Em relação ao último exercício social, não surgiram alterações significativas referentes nos principais riscos externos e de mercado.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

### **5.4 Outras inf. relev. – Riscos de mercado**

Não se tem outras informações relevantes sobre Riscos de Mercado a serem apresentadas.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****10.1 CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS**

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

O Patrimônio Líquido da ATSA atingiu, em 31/12/2012, o montante de R\$ 32.153 mil contra R\$ 29.658 mil em 31/12/11 representando crescimento de 8,4%. O quadro abaixo mostra a evolução positiva do PL em relação aos anos anteriores:

Anos	R\$ mil
2009	5.412
2010	21.581
2011	29.658
2012	32.153

Os débitos fiscais são os passivos mais relevantes da empresa e estão incluídos nos Programa de Recuperação Fiscal – REFIS – I.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as suas obrigações decorrentes não serão consideradas na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto a instituições financeiras oficiais federais.

As despesas financeiras de R\$ 1.324 mil (contra R\$1.226 mil em 2011), geradas principalmente pelo seu passivo fiscal, incluindo o REFIS, continuam a impactar o resultado da empresa, sem, no entanto, afetar o seu fluxo de caixa.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate:

Não se aplica.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate:

Não se aplica.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A Diretoria acredita que, mantida as atuais condições econômicas, a Companhia e a sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda terão capacidade de honrar seus compromissos financeiros.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

No exercício de 2012, a Companhia não se utilizou de linhas de capital de giro e para investimentos enquanto a sua controlada utilizou financiamentos bancários principalmente do Banco do Brasil e BRADESCO.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

No exercício de 2012, a Companhia não se utilizou de linhas de capital de giro e financiamento. Para o exercício de 2013, as necessidades de capital de giro poderão ser atendidas por linhas de financiamento de curto prazo, tais como adiantamento de recebíveis e créditos rotativos, garantidos pelos créditos decorrentes dos próprios contratos de prestação de serviços que vierem a ser celebrados.

Ver itens 10.10 letra "a" subitens i e ii.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O principal débito da Companhia refere-se à dívida para com o REFIS - I FEDERAL, registrado no Passivo Circulante e no Exigível a Longo Prazo, em 31/12/12, nos montantes de R\$ 176 mil e R\$ 46.251 mil, respectivamente, totalizando R\$ 46.427 mil contra R\$ 47.003 mil verificado no ano anterior.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

A companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

A companhia não possui.

iii. grau de subordinação entre as dívidas:

Não aplicável.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

A ATSA possui Prejuízos Acumulados, o que impede, no momento, a distribuição de dividendos. Por outro lado, sendo optante pelo REFIS, a Companhia possui bens integrantes do Ativo Imobilizado arrolados no âmbito daquele parcelamento.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Não aplicável.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Desde 1999, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executadas pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE).

Em 2012, a receita bruta da ATSA alcançou o valor de R\$ 17.093 mil contra R\$ 15.848 mil em 2011, através de prestação de serviços para a ATE e de contratos firmados com a Prefeitura da Cidade de São Paulo referentes a serviços de canalização e pavimentação.

A expectativa para 2013 é alcançar uma receita da ordem de R\$ 50.000 mil, considerando-se as obras do contrato PMSP – Butantã no valor de R\$ 3.000 mil e do viaduto para a Prefeitura de Barueri no montante de R\$ 19.400 mil. Esta previsão está considerando também a construção do viaduto para o DER-SP na SP 150 – Cubatão no valor de R\$ 43.500 mil, com contrato a ser assinado.

A receita financeira de 2012 foi de R\$ 3.213 mil ante R\$ 4.778 mil em 2011.

O lucro líquido foi de R\$ 8.793 mil contra o resultado de R\$ 8.077 mil alcançado em 2011.

Vale observar o efeito da diminuição da Equivalência Patrimonial da controlada ATE que foi de R\$ 1.476 mil em 31/12/12 contra R\$ 4.122 mil em 31/12/11.

O quadro abaixo mostra o comportamento do Lucro Líquido nos últimos anos:

Lucro Líquido - ATSA	
Exercício	R\$ mil
2009	15.926
2010	16.169
2011	8.077
2012	8.793

Em relação aos Prejuízos Acumulados, nota-se uma significativa redução nos últimos 5 anos, conforme assim demonstrado:

Prejuízos Acumulados - ATSA	
Exercício	R\$ mil
2008	82.936
2009	67.010
2010	50.841
2011	42.764
2012	33.585

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO**

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Ver item 10.1, letra “h”.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Foi verificado o efeito da Equivalência Patrimonial da controlada ATE.

Ver item 10.1, letra “h”.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não aplicável.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

Os impactos acima indicados não foram relevantes diante do perfil da empresa no exercício de 2012.

## **10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

### **10.3 EFEITOS RELEVANTES NAS DF'S**

a) introdução ou alienação de segmento operacional:

Ver itens 10.10 letra "a" subitem iii.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve.

c) eventos ou operações não usuais:

Não houve.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 MUDANÇAS PRÁTICAS CONTAB. E RESSALVAS E ÊNFASES**

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não houve mudanças significativas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

As práticas contábeis incorporaram as alterações trazidas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09. Com o advento da Lei 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards – “IFRS”), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Durante 2009 foram emitidos novos pronunciamentos técnicos (CPCs) e interpretações técnicas (ICPCs) pelo CPC, aprovados por deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010.

As Demonstrações Financeiras do Consolidado foram preparadas conforme Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Padronização Contábil – CPC's. As demonstrações financeiras individuais, apresentadas em conjunto com o consolidado, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

O Relatório da Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentou a seguinte ênfase:

*“Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Azevedo & Travassos S.A., estas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”*

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****10.5 POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS****Contingências**

As provisões de contingências foram constituídas levando em consideração a estimativa de valores, para os casos em que advogados da Companhia (externos e internos) entenderam que são prováveis ou possíveis as expectativas de perda, estando alguns destes garantidos por penhora de bens ou depósito judiciais. Não foram provisionados as contingências cujas probabilidades de perda foram consideradas como remota. Em 31/12/2012 as provisões constituídas para a Companhia no valor de R\$ 1.615 mil e R\$ 3.615 mil no Consolidado foram consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes desses processos.

**Prejuízo Fiscal do Imposto de Renda e Base Negativa da Contribuição Social**

Em 31/12/12, não houve Prejuízo Fiscal do Imposto de Renda e Base Negativa de Contribuição Social. A Companhia possui Prejuízos Fiscais do Imposto de Renda e Base Negativa de Contribuição Social, relativos aos exercícios de 2000 a 2008, no montante de R\$ 73.349 mil, gerando um crédito de R\$ 12.469 mil, para ser compensado com lucros tributáveis futuros. Em 2009, foi utilizada parte dos créditos acima para quitação de débitos fiscais, através da Lei nº 11.941/09 e de parte do Imposto de Renda (I.R) e Contribuição Social (C.S) do exercício, num total de R\$ 365 mil. Em 2010, foram utilizados R\$ 260 mil destes créditos, para quitação de parte do I.R e C.S do exercício. Em 2011, foram utilizados R\$ 257 mil destes créditos, para quitação de parte do I.R e C.S do exercício.

Em 31/12/2011, foram reconhecidos R\$ 2.400 mil desses créditos, baseado em estudo de viabilidade. Este valor foi lançado no Realizável a Longo Prazo, na rubrica Créditos Fiscais – Prejuízo Fiscal.

Em 2012, foram utilizados R\$ 388 mil destes créditos para quitação de parte do I.R e C.S do período. Em função da provisão de I.R e C.S sobre a Reavaliação de Imóveis, foram reconhecidos R\$ 1.890 mil desses créditos, equivalentes a 30% desta provisão. Também, em 31/12/12, baseado em estudo de viabilidade feito em revisão ao estudo de 31/12/11, foi aprovado, pela Administração da Companhia, o reconhecimento de mais R\$ 2.600 mil desses créditos. O valor total de R\$ 6.890 mil ( R\$ 2.400 mil em 31/12/11) está lançado no Realizável a Longo prazo, na Rubrica Créditos Fiscais – Prejuízo Fiscal.

O saldo remanescente, não reconhecido em 31/12/2012, do prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, passou a ser de R\$ 4.309 mil.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 CONTROLES INTERNOS**

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A Companhia entende que a eficiência de seus controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é satisfatória e está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles internos a fim de aprimorá-los e mantê-los em linha com as práticas atuais de mercado.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

A Auditoria externa emite opinião sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia. Neste contexto, a Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes realiza avaliação dos controles internos, tendo emitido Carta de Recomendações – ano 2012. A Diretoria da Companhia e a da sua controlada estão acompanhando a implantação das citadas Recomendações.

## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

### **10.7 DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS**

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:

Não aplicável.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****10.8 ITENS RELEVANTE NÃO EVIDENCIADOS NAS DFS'**

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

A Companhia não possui ativos, passivos ou compromissos que não tenham sido apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.



## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

### **10.9 COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS**

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação:

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não aplicável.